



SEPLAG-AL

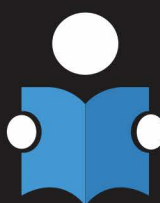
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO DE ALAGOAS

ESPECIALISTA EM GESTÃO PÚBLICA ADMINISTRAÇÃO

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Tecnologia da Informação
- ▶ Ética e Compliance na Administração Pública
- ▶ Conhecimentos do Estado de Alagoas
- ▶ Atualidades
- ▶ Administração Pública
- ▶ Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais
- ▶ Políticas Públicas

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

**EDITAL Nº 1 - SEPLAG/AL - ESPECIALISTA EM
GESTÃO PÚBLICA, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026**



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



SEPLAG - AL

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO,
GESTÃO E PATRIMÔNIO DE ALAGOAS

Especialista Em Gestão
Pública – Administração

**EDITAL Nº 1 – SEPLAG/AL – ESPECIALISTA EM
GESTÃO PÚBLICA, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026**

CÓD: SL-139FV-26
7908433292371

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	9
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais	12
3. Domínio da ortografia oficial	18
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual.....	20
5. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual	21
6. Emprego de tempos e modos verbais	22
7. Domínio da estrutura morfosintática do período; relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.....	25
8. Emprego das classes de palavras	30
9. Emprego dos sinais de pontuação	38
10. Concordância verbal e nominal	40
11. Regência verbal e nominal.....	42
12. Emprego do sinal indicativo de crase.....	45
13. Colocação dos pronomes átonos	46
14. Reescrita de frases e parágrafos do texto; substituição de palavras ou de trechos de texto; reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto; reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	47
15. Significação das palavras.....	48

Tecnologia da Informação

1. Noções de sistema operacional (ambiente windows). noções de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas	61
2. Edição de textos, planilhas e apresentações (ambiente microsoft office)	82
3. Redes de computadores . conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de internet e intranet . programas de navegação (microsoft edge, mozilla firefox e google chrome e similares). sítios de busca e pesquisa na internet	119
4. Programas de correio eletrônico (microsoft outlook).....	124
5. Grupos de discussão	130
6. Redes sociais.....	132
7. Computação na nuvem (cloud computing)	134
8. Segurança da informação . procedimentos de segurança . noções de malware, vírus, worms e pragas virtuais . aplicativos para segurança (antivírus, firewall , anti-spyware etc.)	137
9. Procedimentos de backup	142
10. Armazenamento de dados na nuvem (cloud storage)	143

Ética e Compliance na Administração Pública

1. Ética e moral; ética, princípios e valores.....	149
2. Ética e democracia: exercício da cidadania.....	152
3. Ética e função pública	153

1. Ética no setor público	154
2. Compliance: conceitos, suporte da alta administração, código de conduta, controles internos, treinamento e comunicação.....	155

Conhecimentos do Estado de Alagoas

1. Formação histórica de alagoas: colonização portuguesa; economia açucareira; emancipação política da capitania de pernambuco em 1817; elevação à província em 1821	163
2. Quilombo dos palmares: formação no período colonial; resistência à escravidão; liderança de zumbi dos palmares	167
3. Aspectos geográficos: litoral, zona da mata, agreste e sertão; rio são francisco	170
4. Organização político-administrativa: maceió como capital estadual; municípios; poderes executivo, legislativo e judiciário	172
5. Economia estadual: agroindústria canavieira; turismo; setor de serviços	174
6. Cultura e patrimônio: manifestações culturais populares; patrimônio histórico-cultural alagoano.....	176

Atualidades

1. Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia	181
---	-----

Administração Pública

1. Administração pública: do modelo racional-legal ao paradigma pósburocrático; estado oligárquico e patrimonial, estado autoritário e burocrático, estado do bem-estar, estado regulador.....	183
2. Empreendedorismo governamental e novas lideranças no setor público: processos participativos de gestão pública: conselhos de gestão, orçamento participativo, parceria entre governo e sociedade.....	189
3. Transparência da administração pública.....	191
4. Controle social e cidadania	192
5. Accountability	194
6. Excelência nos serviços públicos.....	196
7. Gestão por resultados na produção de serviços públicos.....	200
8. Gestão de pessoas por competências.....	202
9. Comunicação na gestão pública e gestão de redes organizacionais	202
10. Governabilidade e governança	205
11. Intermediação de interesses (clientelismo, corporativismo e neocorporativismo)	207
12. Processo de formulação e desenvolvimento de políticas: construção de agendas, formulação de políticas, implementação de políticas.....	214
13. Ciclo do planejamento em organizações (pdca)	215
14. Balanced scorecard (bsc): principais conceitos, aplicações, mapa estratégico, perspectivas, temas estratégicos, objetivos estratégicos, relações de causa e efeito, indicadores, metas, iniciativas estratégicas.....	216
15. Referencial estratégico das organizações: análise de ambiente interno e externo; ferramentas de análise de ambiente: análise swot, análise de cenários, matriz gut e ferramenta 5w2h.....	220
16. Negócio, missão, visão de futuro, valores.....	222
17. Indicadores de desempenho: tipos de indicadores; variáveis componentes dos indicadores	223

1. Reformas administrativas e redefinição do papel do estado; reforma do serviço civil (mérito, flexibilidade e responsabilização) e reforma do aparelho do estado.....	225
2. Governo eletrônico.....	238
3. Transparência da administração pública; controle social e cidadania; accountability.....	239
4. Administração de pessoal.....	239
5. Lei federal nº 12.527/2011 e suas alterações (lei de acesso à informação).....	242
6. Lei federal nº 13.709/2018 (lei geral de proteção de dados pessoais).....	249
7. Lei complementar nº 131/2009 (lei da transparência).....	263

Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais

1. Introdução à administração de material e patrimônio; conceituação de material e patrimônio.....	267
2. O patrimônio das empresas e órgãos públicos; o patrimônio imobiliário.....	267
3. Cadastro e registro de bens imóveis (spiu).....	268
4. O patrimônio mobiliário.....	269
5. Atividades básicas da administração de material e patrimônio.....	270
6. Administração patrimonial: noções sobre responsabilidade civil e administrativa.....	270
7. O controle dos materiais e do patrimônio.....	271
8. A movimentação do patrimônio.....	272
9. Sistema patrimonial.....	272
10. Previsão e controle de estoque: planejamento, processos e políticas de administração de estoques; determinação de níveis de estoque; tempo de ressurgimento e estoques de segurança; avaliação de estoques – métodos.....	273
11. Almoxarifado.....	275
12. Funções, princípios e objetivos; controle, registro, conservação e recuperação de material; técnicas de armazenamento; utilização de espaço; segurança.....	277
13. As compras nas organizações; aquisição dos materiais e do patrimônio.....	283
14. Arquivamento, recebimento, proteção, conservação e distribuição, classificação, padronização, codificação e inventário.....	284
15. Análise do valor e alienação.....	285
16. Gestão, manutenção e conservação dos bens patrimoniais imóveis públicos.....	285

Políticas Públicas

1. Conceito de política pública; relação entre política e política pública.....	295
2. Análise de políticas públicas.....	299
3. Papel da burocracia no processo de formulação e implementação de políticas públicas.....	305
4. Tipos de políticas públicas: distributivas, regulatórias e redistributivas.....	307
5. Fases das políticas públicas; formação da agenda governamental; formulação; implementação; monitoramento; avaliação.....	312
6. Processos decisórios e problemas de implementação.....	319
7. Controle social: transparência e participação social.....	320

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba

identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.
- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.

- Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitam sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► Linguagem Mista (ou Híbrida)

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

► Definição de Intertextualidade

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências, inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

► Tipos de Intertextualidade

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

- **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.
- **Exemplo:** Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.
- **Paráfrase:** Trata-se da reescritura de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.
- **Exemplo:** Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.
- **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.
- **Exemplo:** Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.
- **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.
- **Exemplo:** Ao dizer que “este é o doce momento da maçã”, um texto faz alusão à narrativa bíblica de Adão e Eva, sem mencionar explicitamente a história.
- **Pastiche:** É um tipo de intertextualidade que imita o estilo ou a forma de outro autor ou obra, mas sem a intenção crítica ou irônica que caracteriza a paródia. Pode ser uma homenagem ou uma maneira de incorporar elementos de uma obra anterior em um novo contexto.
- **Exemplo:** Um romance que adota o estilo narrativo de um clássico literário como “Dom Quixote” ou “A Divina Comédia” para contar uma história contemporânea.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

NOÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL (AMBIENTE WINDOWS). NOÇÕES DE ORGANIZAÇÃO E DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES, ARQUIVOS, PASTAS E PROGRAMAS

Windows 10

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

Principais Características e Novidades

- **Menu Iniciar:** O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.
- **Assistente Virtual Cortana:** A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.
- **Microsoft Edge:** O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.
- **Múltiplas Áreas de Trabalho:** Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

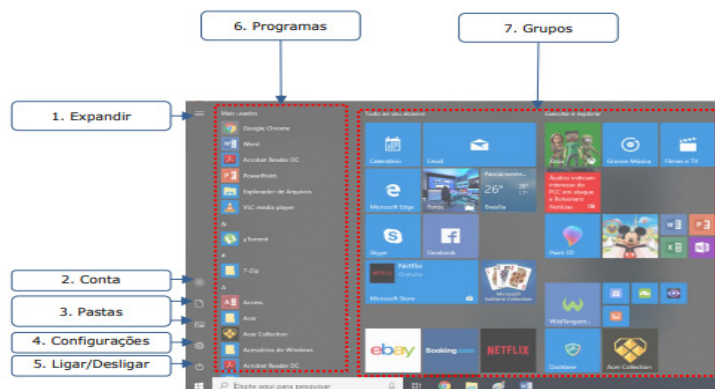
Instalação do Windows

- Baixe a ferramenta de criação de mídia no site da Microsoft.
- Use-a para criar um pendrive bootável com a ISO do Windows.
- Reinicie o PC e entre na BIOS/UEFI para priorizar o boot pelo pendrive.
- Na instalação, selecione idioma e versão, depois a partição (formate se necessário).
- Crie um usuário e siga os passos da configuração inicial.
- Após finalizar, o Windows estará pronto para uso.

Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

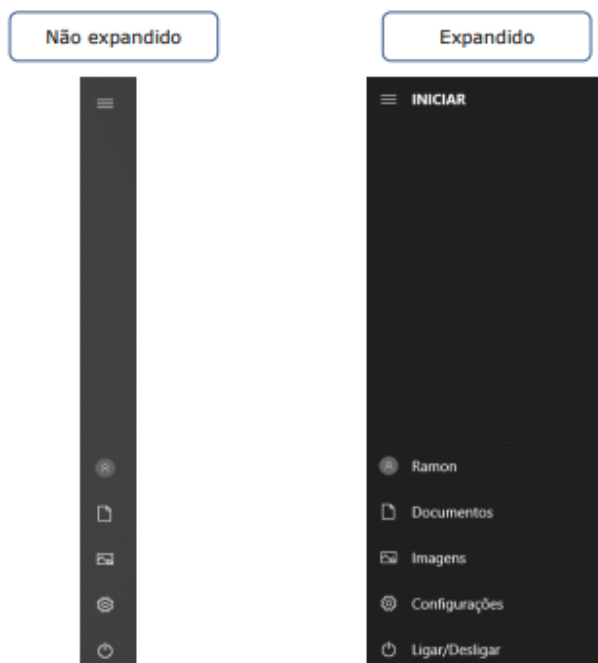
Botão Iniciar

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.



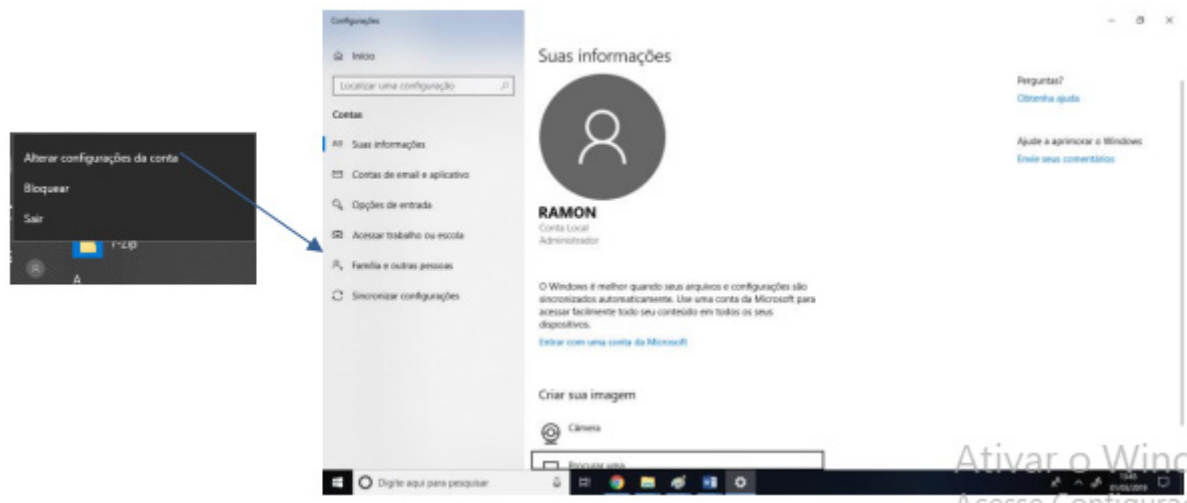
Menu Iniciar

Expandir: botão utilizado para expandir os itens do menu.



Botão Expandir

Conta: apresenta opções para configurar a conta do usuário logado, bloquear ou deslogar. Em Alterar configurações da conta é possível modificar as informações do usuário, cadastrar contas de e-mail associadas, definir opções de entrada como senha, PIN ou Windows Hello, além de outras configurações.



Configurações de conta

ÉTICA E COMPLIANCE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ÉTICA E MORAL; ÉTICA, PRINCÍPIOS E VALORES

Dimensões da qualidade nos deveres dos servidores públicos

Os direitos e deveres dos servidores públicos estão descritos na Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Entre os deveres (art. 116), há dois que se encaixam no paradigma do atendimento do relacionamento que tem como foco principal o usuário.

São eles:

- “atender com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas” e
- “tratar com urbanidade as pessoas”.

Presteza e urbanidade nem sempre são fáceis de avaliar, uma vez que não têm o mesmo sentido para todas as pessoas, como demonstram as situações descritas a seguir.

- Serviços realizados em dois dias úteis, por exemplo, podem não corresponder às reais necessidades dos usuários quanto ao prazo.

Um atendimento cortês não significa oferecer ao usuário aquilo que não se pode cumprir. Para minimizar as diferentes interpretações para esses procedimentos, uma das opções é a utilização do bom senso:

- Quanto à presteza, o estabelecimento de prazos para a entrega dos serviços tanto para os usuários internos quanto para os externos pode ajudar a resolver algumas questões.
- Quanto à urbanidade, é conveniente que a organização inclua tal valor entre aqueles que devem ser potencializados nos setores em que os profissionais que ali atuam ainda não se conscientizaram sobre a importância desse dever.

Não é à toa que as organizações estão exigindo habilidades intelectuais e comportamentais dos seus profissionais, além de apurada determinação estratégica. Entre outros requisitos, essas habilidades incluem:

- atualização constante;
- soluções inovadoras em resposta à velocidade das mudanças;
- decisões criativas, diferenciadas e rápidas;
- flexibilidade para mudar hábitos de trabalho;
- liderança e aptidão para manter relações pessoais e profissionais;
- habilidade para lidar com os usuários internos e externos.

Encerramos esse tópico com o trecho de um texto de Andrés Sanz Mulas:

“Para desenhar uma ética das Administrações seria necessário realizar as seguintes tarefas, entre outras:

- Definir claramente qual é o fim específico pelo qual se cobra a legitimidade social;
- Determinar os meios adequados para alcançar esse fim e quais valores é preciso incorporar para alcançá-lo;
- Descobrir que hábitos a organização deve adquirir em seu conjunto e os membros que a compõem para incorporar esses valores e gerar, assim, um caráter que permita tomar decisões acertadamente em relação à meta eleita;
- Ter em conta os valores da moral cívica da sociedade em que se está imerso;
- Conhecer quais são os direitos que a sociedade reconhece às pessoas.”

Quando falamos sobre ética pública, logo pensamos em corrupção, extorsão, ineficiência, etc, mas na realidade o que devemos ter como ponto de referência em relação ao serviço público, ou na vida pública em geral, é que seja fixado um padrão a partir do qual possamos, em seguida julgar a atuação dos servidores públicos ou daqueles que estiverem envolvidos na vida pública, entretanto não basta que haja padrão, tão somente, é necessário que esse padrão seja ético, acima de tudo.

O fundamento que precisa ser compreendido é que os padrões éticos dos servidores públicos advêm de sua própria natureza, ou seja, de caráter público, e sua relação com o público. A questão da ética pública está diretamente relacionada aos princípios fundamentais, sendo estes comparados ao que chamamos no Direito, de “Norma Fundamental”, uma norma hipotética com premissas ideológicas e que deve reger tudo mais o que estiver relacionado ao comportamento do ser humano em seu meio social, aliás, podemos invocar a Constituição Federal. Esta ampara os valores morais da boa conduta, a boa fé acima de tudo, como princípios básicos e essenciais a uma vida equilibrada do cidadão na sociedade, lembrando inclusive o tão citado, pelos gregos antigos, “bem viver”.

Outro ponto bastante controverso é a questão da impessoalidade. Ao contrário do que muitos pensam, o funcionalismo público e seus servidores devem primar pela questão da “impessoalidade”, deixando claro que o termo é sinônimo de “igualdade”, esta sim é a questão chave e que eleva o serviço público a níveis tão ineficazes, não se preza pela igualdade. No ordenamento jurídico está claro e expresso, “todos são iguais perante a lei”.

E também a ideia de impessoalidade, supõe uma distinção entre aquilo que é público e aquilo que é privada (no sentido do interesse pessoal), que gera portanto o grande conflito entre os interesses privados acima dos interesses públicos. Podemos

verificar abertamente nos meios de comunicação, seja pelo rádio, televisão, jornais e revistas, que este é um dos principais problemas que cercam o setor público, afetando assim, a ética que deveria estar acima de seus interesses.

Não podemos falar de ética, impessoalidade (sinônimo de igualdade), sem falar de moralidade. Esta também é um dos principais valores que define a conduta ética, não só dos servidores públicos, mas de qualquer indivíduo. Invocando novamente o ordenamento jurídico podemos identificar que a falta de respeito ao padrão moral, implica, portanto, numa violação dos direitos do cidadão, comprometendo inclusive, a existência dos valores dos bons costumes em uma sociedade.

A falta de ética na Administração Pública encontra terreno fértil para se reproduzir, pois o comportamento de autoridades públicas está longe de se basearem em princípios éticos e isto ocorre devido a falta de preparo dos funcionários, cultura equivocada e especialmente, por falta de mecanismos de controle e responsabilização adequada dos atos antiéticos.

A sociedade por sua vez, tem sua parcela de responsabilidade nesta situação, pois não se mobilizam para exercer os seus direitos e impedir estes casos vergonhosos de abuso de poder por parte do Poder Público.

Um dos motivos para esta falta de mobilização social se dá, devido à falta de uma cultura cidadã, ou seja, a sociedade não exerce sua cidadania. A cidadania Segundo Milton Santos “é como uma lei”, isto é, ela existe, mas precisa ser descoberta, aprendida, utilizada e reclamada e só evolui através de processos de luta. Essa evolução surge quando o cidadão adquire esse status, ou seja, quando passa a ter direitos sociais. A luta por esses direitos garante um padrão de vida mais decente. O Estado, por sua vez, tenta refrear os impulsos sociais e desrespeitar os indivíduos, nessas situações a cidadania deve se valer contra ele, e imperar através de cada pessoa. Porém Milton Santos questiona se “há cidadão neste país”? Pois para ele desde o nascimento as pessoas herdaram de seus pais e ao longo da vida e também da sociedade, conceitos morais que vão sendo contestados posteriormente com a formação de ideias de cada um, porém a maioria das pessoas não sabe se são ou não cidadãos.

A educação seria o mais forte instrumento na formação de cidadão consciente para a construção de um futuro melhor.

No âmbito Administrativo, funcionários mal capacitados e sem princípios éticos que convivem todos os dias com mandos e desmandos, atos desonestos, corrupção e falta de ética tendem a assimilar por este rol “cultural” de aproveitamento em benefício próprio.

Todas as diretivas de leis específicas sobre a ética no setor público partem da Constituição Federal (CF), que estabelece alguns princípios fundamentais para a ética no setor público. Em outras palavras, é o texto constitucional do artigo 37, especialmente o caput, que permite a compreensão de boa parte do conteúdo das leis específicas, porque possui um caráter amplo ao preconizar os princípios fundamentais da administração pública. Estabelece a Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]

São princípios da administração pública, nesta ordem:

- Legalidade
- Impessoalidade
- Moralidade
- Publicidade
- Eficiência

► Ética e Moral

Entre os elementos que compõem a Ética, destacam-se a Moral e o Direito. Assim, a Moral não é a Ética, mas apenas parte dela. Neste sentido, moral vem do grego *Mos* ou *Morus*, referindo-se exclusivamente ao regramento que determina a ação do indivíduo.

Assim, Moral e Ética não são sinônimos, não apenas pela Moral ser apenas uma parte da Ética, mas principalmente porque enquanto a Moral é entendida como a prática, como a realização efetiva e cotidiana dos valores; a Ética é entendida como uma “filosofia moral”, ou seja, como a reflexão sobre a moral. Moral é ação, Ética é reflexão.

Em resumo:

- **Ética - mais ampla - filosofia moral - reflexão;**
- **Moral - parte da Ética - realização efetiva e cotidiana dos valores - ação.**

No início do pensamento filosófico não prevalecia real distinção entre Direito e Moral, as discussões sobre o agir ético envolviam essencialmente as noções de virtude e de justiça, constituindo esta uma das dimensões da virtude. Por exemplo, na Grécia antiga, berço do pensamento filosófico, embora com variações de abordagem, o conceito de ética aparece sempre ligado ao de virtude.

O descumprimento das diretivas morais gera sanção, e caso ele se encontre transposto para uma norma jurídica, gera coação (espécie de sanção aplicada pelo Estado). Assim, violar uma lei ética não significa excluir a sua validade. Por exemplo, matar alguém não torna a matar uma ação correta, apenas gera a punição daquele que cometeu a violação. Neste sentido, explica Reale¹: “No plano das normas éticas, a contradição dos fatos não anula a validade dos preceitos: ao contrário, exatamente porque a normatividade não se compreende sem fins de validade objetiva e estes têm sua fonte na liberdade espiritual, os insucessos e as violações das normas conduzem à responsabilidade e à sanção, ou seja, à concreta afirmação da ordenação normativa”.

Como se percebe, Ética e Moral são conceitos interligados, mas a primeira é mais abrangente que a segunda, porque pode abarcar outros elementos, como o Direito e os costumes. Todas as regras éticas são passíveis de alguma sanção, sendo que as

1 [REALE, Miguel. *Filosofia do direito*. 19ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.]

CONHECIMENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS

FORMAÇÃO HISTÓRICA DE ALAGOAS: COLONIZAÇÃO PORTUGUESA; ECONOMIA AÇUCAREIRA; EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO EM 1817; ELEVÇÃO À PROVÍNCIA EM 1821

Ocupação e Território (Séculos XVI e XVII)

A ocupação do território que hoje corresponde ao estado de Alagoas ocorreu no contexto da expansão colonial portuguesa no Nordeste brasileiro. Durante os séculos XVI e XVII, a região integrou a Capitania de Pernambuco e teve sua ocupação associada à exploração de recursos naturais, à expansão da agricultura e ao controle estratégico do litoral e das rotas fluviais. Esse processo envolveu conflitos com populações indígenas, disputas entre potências coloniais e a formação de núcleos urbanos que se tornariam importantes centros administrativos e econômicos.

▪ Colonização Portuguesa: A Submissão a Pernambuco

O território que hoje corresponde a Alagoas foi inicialmente integrado ao sistema de capitanias hereditárias implantado pela Coroa portuguesa no século XVI. Em 1534, essa região foi concedida a Duarte Coelho como parte da Capitania de Pernambuco. Durante quase três séculos, Alagoas permaneceu subordinada administrativamente a Pernambuco, sendo conhecida como **Comarca das Alagoas**, sem autonomia política própria.

Essa condição refletia a lógica da administração colonial portuguesa, que organizava o território a partir de centros econômicos mais desenvolvidos. Pernambuco, por possuir forte produção açucareira e grande importância comercial, exercia controle sobre áreas vizinhas, incluindo a região alagoana.

Ocupação do litoral e dos rios

A colonização portuguesa na região iniciou-se principalmente pelo litoral e pelas margens dos rios. Essas áreas apresentavam vantagens estratégicas tanto para a exploração econômica quanto para a comunicação com outras regiões da colônia.

O litoral norte, especialmente a região de **Porto Calvo**, foi um dos primeiros pontos de ocupação efetiva. A localização permitia o escoamento de produtos e facilitava o contato com rotas marítimas comerciais. Além disso, as margens do **Rio São Francisco**, particularmente na região de **Penedo**, tornaram-se importantes centros de circulação de pessoas e mercadorias.

Inicialmente, a exploração econômica concentrou-se na extração de **pau-brasil**, madeira valorizada no mercado europeu. Com o avanço da colonização e o desenvolvimento da economia açucareira no Nordeste, a região passou a integrar o sistema de produção de açúcar, ampliando sua importância econômica dentro da estrutura colonial.

Conflito com os povos indígenas

A ocupação do território não ocorreu de maneira pacífica. A região era habitada por diversos povos indígenas que possuíam formas próprias de organização social, cultural e territorial. Entre esses grupos, destacavam-se os **Caetés**, que ocupavam áreas importantes do litoral nordestino.

A expansão colonial portuguesa implicou a disputa direta pelo território e pelos recursos naturais. Como resultado, ocorreram diversos conflitos entre colonizadores e populações indígenas. A resistência indígena foi frequentemente reprimida de maneira violenta pelos colonizadores, que buscavam consolidar o controle da terra e garantir a expansão da atividade econômica.

Um dos episódios mais conhecidos desse período foi o **caso do bispo Dom Pero Fernandes Sardinha**, ocorrido em meados do século XVI. Após um naufrágio na costa brasileira, o bispo e parte de sua comitiva foram capturados e mortos por indígenas Caetés. O episódio foi amplamente utilizado pelos colonizadores como justificativa para a chamada **"Guerra Justa"**, um conceito jurídico-religioso que autorizava campanhas militares contra os povos indígenas considerados hostis à colonização.

Como consequência dessas campanhas, muitos grupos indígenas foram exterminados, deslocados de seus territórios ou submetidos à escravidão, alterando profundamente a composição demográfica e cultural da região.

Formação das primeiras vilas

Com o avanço da colonização, começaram a surgir os primeiros núcleos urbanos na região. Essas vilas desempenhavam funções administrativas, militares e econômicas importantes para a consolidação do domínio português.

Entre os primeiros centros urbanos destacam-se:

Vila de Alagoas, atual cidade de **Marechal Deodoro**;

Porto Calvo, um dos principais núcleos iniciais de colonização;

Penedo, localizada às margens do Rio São Francisco.

Essas localidades funcionavam como postos avançados de controle territorial. Além de organizar a vida administrativa da região, também atuavam na vigilância contra contrabandistas que exploravam o pau-brasil sem autorização da Coroa portuguesa.

Com o tempo, esses núcleos urbanos se tornaram importantes pontos de apoio para a expansão agrícola e para o desenvolvimento da economia açucareira.

▪ Invasões Holandesas: Alagoas como Campo de Batalha

No século XVII, a região alagoana tornou-se palco de um dos períodos mais turbulentos da história colonial brasileira: as **invasões holandesas no Nordeste**, ocorridas entre 1630 e 1654.

O principal objetivo dos holandeses era assumir o controle da produção e do comércio de açúcar, produto altamente lucrativo no mercado europeu.

A Companhia das Índias Ocidentais, responsável pela ocupação holandesa, buscava dominar as áreas produtoras de açúcar do Nordeste. Como Alagoas fazia parte do sistema econômico vinculado à Capitania de Pernambuco, a região tornou-se estratégica dentro desse conflito.

O episódio de Calabar

Um dos personagens mais controversos desse período foi **Domingos Fernandes Calabar**, nascido na região de Porto Calvo. Calabar era um senhor de engenho e profundo conhecedor da geografia local, incluindo rios, matas e caminhos utilizados na região.

Inicialmente alinhado às forças luso-espanholas que resistiam à invasão holandesa, Calabar acabou desertando e passou a colaborar com os invasores. Sua decisão teve grande impacto militar, pois suas informações permitiram aos holandeses avançar sobre pontos estratégicos da região.

Grças ao conhecimento geográfico fornecido por Calabar, os holandeses conseguiram consolidar posições importantes no território nordestino. Entretanto, ele acabou sendo capturado pelas forças portuguesas e executado em Porto Calvo.

Durante muito tempo, a historiografia tradicional retratou Calabar como o **“maior traidor do Brasil”**. No entanto, interpretações historiográficas mais recentes sugerem que sua decisão pode ter sido motivada por interesses políticos ou pragmáticos, considerando as disputas entre as potências coloniais da época.

Guerra de guerrilha

A geografia da região alagoana teve papel importante durante os confrontos entre portugueses e holandeses. As **lagunas, rios e áreas de mata fechada** favoreceram estratégias de guerra irregular, nas quais grupos locais utilizavam emboscadas e ataques rápidos contra as tropas invasoras.

Essa forma de combate ficou conhecida como **guerra de guerrilha**, e foi utilizada pelos colonos portugueses e aliados locais para dificultar o avanço das forças holandesas.

Localidades estratégicas, como **Porto Calvo**, foram palco de diversos combates e chegaram a ser destruídas e reconstruídas várias vezes ao longo do conflito.

Consequências da expulsão dos holandeses

Em 1654, após anos de confrontos, os holandeses foram definitivamente expulsos do Nordeste. A vitória das forças luso-brasileiras teve consequências importantes para a organização social e econômica da região alagoana.

Os militares, proprietários rurais e senhores de engenho que participaram da resistência contra os holandeses foram recompensados pela Coroa portuguesa com a concessão de **sesmarias**, grandes extensões de terra destinadas à exploração agrícola.

Esse processo consolidou a formação de uma **aristocracia rural**, composta por grandes proprietários de terras e produtores de açúcar. Essa elite agrária exerceria forte influência política, econômica e social na região por vários séculos, moldando a estrutura social de Alagoas e influenciando sua organização política até períodos posteriores da história brasileira.

A Força do Açúcar e o Contra-Estado de Palmares

O desenvolvimento da região que hoje corresponde ao estado de Alagoas, entre os séculos XVII e XVIII, não pode ser compreendido apenas como um processo de expansão agrícola ou de crescimento econômico. Na realidade, tratou-se de um período marcado por profundas tensões sociais, políticas e culturais, no qual diferentes projetos de organização social entraram em confronto.

De um lado estava o **engenho de açúcar**, símbolo da ordem colonial portuguesa. Esse sistema representava uma sociedade rigidamente hierarquizada, baseada na grande propriedade rural, no trabalho escravizado e na integração da economia colonial ao comércio internacional. Do outro lado, surgiam experiências de resistência e reorganização social, como os **quilombos**, que representavam espaços de autonomia e de reconstrução de formas de vida inspiradas nas tradições africanas.

Nesse contexto, a história de Alagoas tornou-se um cenário de confronto entre duas formas distintas de organização social: o sistema colonial escravista e as comunidades formadas por pessoas que resistiam a esse sistema.

• O Império do Açúcar e o Solo de Massapê

A consolidação da ocupação econômica da região alagoana ocorreu principalmente a partir do desenvolvimento da produção açucareira. O açúcar, frequentemente chamado de **“ouro branco”**, tornou-se o principal produto de exportação da economia colonial nordestina e desempenhou papel fundamental na integração da região ao mercado internacional.

A expansão dessa atividade foi favorecida pelas condições naturais do território. O **solo de massapê**, caracterizado por sua fertilidade e riqueza em argila, combinado com o clima quente e úmido do litoral, criava condições ideais para o cultivo da cana-de-açúcar. Essas características naturais transformaram a região em um importante polo produtor dentro da Capitania de Pernambuco.

O engenho de açúcar, contudo, não era apenas uma unidade produtiva. Ele funcionava como um verdadeiro **centro de organização social**, no qual se estruturava toda a dinâmica econômica e política da região. Ao redor da **Casa-Grande**, residência do senhor de engenho, e da **moenda**, onde a cana era processada, organizava-se uma complexa rede de relações sociais.

Dentro desse sistema, o **senhor de engenho** ocupava posição central. Ele era proprietário das terras, dos equipamentos de produção e das pessoas escravizadas que realizavam o trabalho. Em muitas situações, sua autoridade ultrapassava o âmbito econômico, assumindo funções que hoje seriam atribuídas ao Estado, como a resolução de conflitos, a organização da defesa local e a administração de suas propriedades.

Essa concentração de poder nas mãos de grandes proprietários rurais contribuiu para o surgimento de uma elite agrária poderosa, frequentemente chamada de **aristocracia açucareira**. Esse grupo social acumulava riqueza, influência política e prestígio social, estabelecendo as bases de uma estrutura de poder que influenciaria profundamente a história política de Alagoas.

Embora a região permanecesse administrativamente subordinada à Capitania de Pernambuco, a economia local já demonstrava grande vitalidade. A produção açucareira gerava

ATUALIDADES

TÓPICOS RELEVANTES E ATUAIS DE DIVERSAS ÁREAS, TAIS COMO SEGURANÇA, TRANSPORTES, POLÍTICA, ECONOMIA, SOCIEDADE, EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA, TECNOLOGIA, ENERGIA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ECOLOGIA

A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DE ATUALIDADES

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à conhecimento de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informativo para transmitirem outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) na “Área do Cliente”.

Lá, o concurseiro encontrará um material completo de aula preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certo.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: DO MODELO RACIONAL-LEGAL AO PARADIGMA PÓSBUROCRÁTICO; ESTADO OLIGÁRQUICO E PATRIMONIAL, ESTADO AUTORITÁRIO E BUROCRÁTICO, ESTADO DO BEM-ESTAR, ESTADO REGULADOR

No Brasil, considerando a trajetória histórica pela qual a gestão das entidades governamentais passaram, a Administração Pública tem evoluído de maneira positiva.

A relevância deste tema reside no contexto global de profundas transformações que a Administração Pública tem experimentado, processo que teve início na década de 70 e engloba diversas correntes de pensamento, formando o que é conhecido como “Nova Gestão Pública” (ou NPM, sigla em inglês para “New Public Management”). Esta transformação também se manifesta no cenário brasileiro. Para compreender a atual gestão pública, é fundamental realizar uma análise retroativa e examinar sua evolução ao longo das décadas.

Nos últimos anos, em todo o mundo, temos observado um debate acalorado - ainda em curso - sobre o papel do Estado na sociedade contemporânea e o nível de intervenção que deve exercer na economia. Na década de 50, o economista Richard Musgrave identificou as três funções clássicas do Estado:

Função Alocativa: fornecer bens e serviços que o mercado não provê de forma adequada.

Função Distributiva: promover ajustes na distribuição de renda.

Função Estabilizadora: evitar grandes oscilações nos níveis de inflação e desemprego.

De fato, entre o período que vai de 1945 (após o término da Segunda Guerra Mundial) e 1973 (ano do primeiro choque do petróleo), a economia mundial experimentou um notável crescimento econômico, sendo este período denominado como a “era dourada”.

Desenvolveu-se a concepção do Estado como provedor de bens e serviços, frequentemente denominado Estado de Bem-Estar Social ou Welfare State. Isso resultou em uma expansão significativa do papel estatal, e, conseqüentemente, um aumento substancial nos custos operacionais da máquina pública.

No entanto, a partir dos anos 70, o ritmo de crescimento da economia global diminuiu, levando o Estado a enfrentar desafios na execução de suas funções, gradualmente perdendo sua capacidade de atender às crescentes demandas sociais. Essa conjuntura, somada a um crescente endividamento público, resultou, principalmente nos anos 80, na chamada crise fiscal do

Estado, caracterizada pela perda de capacidade para realizar os investimentos públicos necessários a um novo ciclo de expansão econômica.

Da crise fiscal, passamos à crise de gestão do Estado, uma vez que a percepção dos cidadãos em relação à disponibilidade de serviços públicos deteriorou-se gradualmente. O Estado, à medida que perdia a capacidade de cumprir suas funções básicas, não conseguia acompanhar as crescentes pressões por serviços como saúde, educação, segurança pública, saneamento, entre outros.

Essa crise de gestão levou à tentativa de superar as limitações do modelo de administração anterior, conhecido como “modelo burocrático”, transformando-o em algo novo, que se assemelhasse mais ao modo de gestão do setor privado, conceituado na esfera pública como “modelo gerencial”.

Portanto, a redefinição do próprio papel do Estado emergiu como uma questão de alcance global nos anos 90. No Brasil, essa temática adquiriu uma importância crucial, dada a significativa presença do Estado na economia nacional. A reforma do Estado tornou-se uma preocupação constante, uma vez que o Estado não conseguia mais responder eficazmente ao excesso de demandas, sobretudo no âmbito social.

Em resumo, a Crise do Estado pode ser caracterizada pelos seguintes aspectos:

1) Uma crise fiscal, evidenciada pela progressiva deterioração das finanças públicas, com o déficit público afetando negativamente os investimentos no setor privado.

2) Uma crise relacionada ao modelo de intervenção estatal na economia, marcando o esgotamento da estratégia de estatização. As empresas estatais já não podiam mais impulsionar o crescimento econômico dos países, e o paradigma do Estado interventor, conforme delineado pela economia Keynesiana, estava rapidamente perdendo sua relevância.

3) Uma crise na forma de administrar o Estado, sinalizando a necessidade de transição da administração pública burocrática para um modelo de administração pública gerencial.

No Brasil, os desdobramentos mais significativos desses eventos ocorreram durante a Reforma do Estado na década de 90. Os principais pontos desta reforma incluíram:

1) A busca por um ajuste fiscal sustentável: o objetivo era alcançar o equilíbrio das finanças públicas, assegurando a estabilidade econômica ao longo prazo.

2) A implementação de reformas econômicas voltadas para o mercado: estas reformas, acompanhadas por políticas industriais e tecnológicas, visavam promover a competição interna e criar as condições necessárias para enfrentar a concorrência internacional.

3) A reforma da previdência social: o propósito era garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário, equilibrando os montantes de contribuições e benefícios.

4) A introdução de inovações nos instrumentos de política social: isso visava ampliar a abrangência e melhorar a qualidade dos serviços sociais, promovendo um atendimento mais eficaz às necessidades da população.

5) A reformulação do aparato estatal: o foco era aumentar a “governança” do Estado, ou seja, sua capacidade de implementar políticas públicas de forma eficiente e eficaz, promovendo uma gestão pública mais eficiente e responsiva.

A reforma do Estado aborda múltiplos aspectos. O ajuste fiscal, por exemplo, tinha como objetivo restaurar a capacidade do Estado de formular e implementar políticas públicas. Através da liberalização comercial, o Estado abandonaria a estratégia protecionista de substituição de importações. Dentro desse contexto, o programa de privatizações, conduzido nos anos 90, foi uma das estratégias para alcançar esses objetivos. Por meio desse programa, a produção de bens e serviços foi transferida para o setor privado, partindo do pressuposto de que este seria, inicialmente, mais eficiente nessa atividade.

Além disso, foi estabelecido um programa de publicização com o propósito de transferir a produção de serviços competitivos ou não exclusivos do Estado para o setor público não estatal. Esse programa estabeleceu um sistema de parceria entre o Estado e a sociedade para o financiamento e controle desses serviços.

Portanto, de acordo com o conceito subjacente à reforma, o Estado reduziria seu papel como executor direto ou provedor de serviços, mantendo-se, no entanto, como regulador e provedor indireto ou promotor desses serviços. Isso se aplicaria principalmente aos serviços sociais, como educação e saúde, entre outros. Como promotor desses serviços, o Estado continuaria a subsidiá-los, ao mesmo tempo em que buscava um controle social direto e a participação da sociedade.

Nessa nova abordagem, busca-se fortalecer as funções de regulação e coordenação do Estado, especialmente em nível federal, e promover gradualmente a descentralização vertical das funções executivas para os níveis estadual e municipal, especialmente no campo da prestação de serviços sociais e infraestrutura.

Diante dessa tendência, o objetivo é fortalecer a governança, ou seja, a capacidade de governança do Estado. Isso é alcançado por meio da transição planejada de um modelo de administração pública burocrática, caracterizado por sua rigidez e ineficiência, focado em autocontrole e orientado internamente, para um modelo de administração pública gerencial, mais flexível e eficiente, orientado para atender às necessidades do cidadão. Isso visa melhorar a capacidade do Estado de implementar políticas públicas, superando as limitações e ineficiências de sua estrutura administrativa.

AS TRÊS FORMAS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Historicamente, a administração pública passou por três modelos básicos: a administração pública patrimonialista, a burocrática e a gerencial. Esses modelos se sucederam ao longo do tempo, embora nenhum deles tenha sido completamente descartado.

Administração Pública Patrimonialista

Antes do surgimento do capitalismo e da democracia, nas sociedades antigas, o Estado era frequentemente visto como uma entidade “privatizada”, onde os governantes não faziam uma distinção clara entre o patrimônio público e seus próprios bens privados. Os monarcas e líderes estabeleciam seu domínio sobre o país de forma absoluta, sem separar adequadamente os interesses públicos dos privados. A coisa pública se confundia com o patrimônio pessoal dos governantes, uma vez que não havia uma distinção clara entre eles.

Nesse contexto, a máquina estatal funcionava como uma extensão do poder do soberano, e seus servidores, que eram considerados auxiliares, detinham status de nobreza real. Os cargos eram vistos como prebendas, ou seja, títulos que podiam ser negociados e estavam sujeitos à discricionariedade do governante.

A corrupção e o nepotismo eram elementos intrínsecos a essa forma de administração, e o foco não estava na satisfação das necessidades coletivas, mas, principalmente, nos interesses particulares do soberano e de seus colaboradores.

Essa situação começou a mudar no final do século XIX, quando o capitalismo e a democracia emergiram como forças dominantes. O mercado e a sociedade civil passaram a se distinguir do Estado, tornando a administração patrimonialista inaceitável, uma vez que não era mais compatível com um modelo de administração pública que beneficiava apenas alguns em detrimento de muitos.

Administração Pública Burocrática

A administração pública burocrática surgiu na segunda metade do século XIX, durante a era do Estado liberal, como uma resposta à corrupção e ao nepotismo do modelo patrimonialista. Os princípios fundamentais que a orientaram incluíam a profissionalização, a noção de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade e o formalismo, em resumo, o poder baseado na racionalidade legal.

Os controles administrativos foram implementados com o objetivo de evitar a corrupção e o nepotismo. Esses controles eram principalmente de natureza preventiva, ou seja, visavam a regulamentar os procedimentos e as rotinas que deveriam guiar a execução das tarefas.

Havia uma desconfiança inicial em relação aos administradores públicos e aos cidadãos que apresentavam suas diversas demandas sociais. Por esse motivo, foram estabelecidos controles rigorosos dos processos, como na seleção de pessoal, nas compras públicas e no atendimento aos cidadãos.

Uma consequência disso foi que os próprios controles passaram a ser o principal foco dos funcionários públicos. Assim, o Estado voltou-se para dentro de si mesmo, perdendo de vista sua missão fundamental, que era servir à sociedade.

A maior virtude da administração pública burocrática era o controle eficaz dos abusos contra o patrimônio público, mas sua principal falha residia na ineficiência e na incapacidade de se concentrar no atendimento aos cidadãos, que eram considerados “clientes”.

No entanto, essa ineficiência não se tornou evidente quando a administração pública burocrática surgiu, pois os serviços do Estado eram limitados. O Estado tinha como principal

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS

INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO; CONCEITUAÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Conceito de Materiais de Consumo e Materiais Permanentes

O controle de materiais de consumo e de patrimônio é uma prática administrativa indispensável para o bom funcionamento das organizações. Ele consiste no conjunto de procedimentos destinados a registrar, acompanhar e fiscalizar os recursos materiais utilizados nas atividades diárias. Esse controle garante que os materiais estejam disponíveis quando necessários, evita desperdícios e contribui para a gestão eficiente dos recursos financeiros.

Os materiais de consumo são aqueles que se esgotam com o uso ou possuem vida útil reduzida. São utilizados continuamente nas rotinas administrativas e operacionais e necessitam de reposição frequente. Exemplos comuns incluem papel, canetas, grampos, produtos de limpeza e cartuchos de tinta. Já os materiais permanentes, também chamados de bens patrimoniais, possuem durabilidade prolongada e integram o patrimônio da organização. São bens que não se consomem de forma imediata, como mesas, cadeiras, computadores e equipamentos diversos. Essa distinção é essencial porque cada categoria exige formas específicas de controle, registro e acompanhamento.

Material de Expediente e sua Função Administrativa

Os materiais de expediente constituem um grupo específico dentro dos materiais de consumo e estão diretamente relacionados às atividades administrativas. Eles viabilizam a produção de documentos, a organização de arquivos, o registro de informações e a comunicação interna. Apesar de apresentarem baixo valor unitário, seu uso constante pode representar impacto relevante no orçamento institucional. A ausência de controle pode resultar em desperdício, falta de insumos essenciais ou aquisições desnecessárias, comprometendo a eficiência do setor.

Importância do Controle Interno

O controle interno corresponde ao conjunto de normas e procedimentos adotados para assegurar que os recursos da organização sejam utilizados de forma adequada e transparente. No âmbito dos materiais de consumo e do patrimônio, ele permite acompanhar entradas e saídas, identificar responsabilidades e manter registros atualizados. Um sistema de controle eficiente contribui para a redução de perdas, evita extravios e facilita auditorias e processos de fiscalização. Sem esse acompanhamento sistemático, torna-se difícil manter a organização e a previsibilidade no uso dos recursos.

Responsabilidade Administrativa pelo Uso dos Materiais

Todo material adquirido por uma organização representa aplicação de recursos financeiros e, por essa razão, deve ser utilizado com responsabilidade e consciência administrativa. A responsabilidade envolve a utilização correta, a conservação adequada e a guarda cuidadosa dos materiais, evitando desperdícios, danos ou uso indevido. O emprego desses recursos deve estar sempre vinculado às finalidades institucionais, garantindo que cumpram sua função dentro das atividades organizacionais.

Cada setor ou colaborador que recebe materiais passa a assumir o dever de zelar por sua integridade e uso adequado. No caso dos bens patrimoniais, essa responsabilidade costuma ser formalizada por meio de registro que identifica o responsável pela guarda do bem. Esse procedimento fortalece o controle interno, amplia a rastreabilidade e contribui para maior segurança na administração do patrimônio institucional.

Relação entre Controle de Materiais e Eficiência Organizacional

A eficiência organizacional está diretamente ligada à qualidade do controle dos materiais. Quando há planejamento, registros atualizados e acompanhamento contínuo, a instituição consegue equilibrar a quantidade de materiais disponíveis com a demanda real de consumo. Isso evita tanto a escassez quanto o excesso de estoque, reduz custos e contribui para a continuidade das atividades. Dessa forma, o controle de materiais de consumo e patrimônio não se limita a uma tarefa operacional, mas constitui um instrumento estratégico que fortalece a gestão, promove a transparência e assegura maior racionalidade na administração dos recursos.

O PATRIMÔNIO DAS EMPRESAS E ÓRGÃOS PÚBLICOS; O PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

O termo patrimônio imóvel refere-se ao conjunto de ativos imobiliários de uma pessoa, empresa ou entidade, tais como suas casas, terras, edifícios, apartamentos, galpões e outros tipos de propriedades.

É essencial gerenciar e entender sobre o seu portfólio imobiliário, a fim de tomar decisões financeiras sólidas que são de natureza estratégica. Vamos examinar os elementos chave relacionados ao patrimônio imobiliário:

1. Ativos imobiliários: são bens físicos que uma pessoa ou organização possui, tais como casas, terras e edifícios.

2. Investimento imobiliário: comprar imóveis é uma maneira comum de construir riqueza e gerar renda. Isto pode envolver o investimento em imóveis comerciais, a compra de imobiliário para fins de aluguer, ou a compra da terra para potencial valorização futura.

3. Avaliação de propriedades: estabelecer o valor de mercado de uma propriedade é essencial para compras, vendas e financiamento. Os avaliadores imobiliários empregam uma variedade de métodos, incluindo comparações com propriedades comparáveis no bairro.

4. Financiamento imobiliário: muitas pessoas dependem de poupanças para comprar imóveis. Hipóteses e financiamento imobiliário são frequentemente utilizados neste cenário.

5. Gesto de Aluguéis: os proprietários de imóveis arrendados devem gerir e recolher os aluguéis, realizar tarefas de manutenção e lidar com questões legais.

6. Impostos Imobiliários: os proprietários de imóveis podem estar sujeitos a impostos sobre a propriedade, impostos de transferência e outras obrigações financeiras conexas.

7. Seguro Imobiliário: proteger contra danos, incêndios, roubos e outros riscos associados à propriedade.

8. Valorização e Depreciação: com o tempo, o valor das propriedades pode aumentar (valorização) ou diminuir (depreciação) de acordo com fatores econômicos, demográficos e de mercado.

9. Diversificação da carteira: para ajudar a disseminar o risco, os ativos imobiliários são frequentemente incluídos em carteiras de investimento para diversificação.

10. Fluxo de caixa: os investidores imobiliários querem gerar fluxo positivo de caixa através de arrendamento, o que pode fornecer uma fonte consistente de renda passiva.

As propriedades comerciais e residenciais têm características e dinâmicas diferentes. Os investigadores têm a opção de se concentrar num ou em ambos os setores.

11. Regulamentos e Leis: as propriedades estão sujeitas a leis locais, estaduais e federais que regem seu uso, alocação de zonas, aluguéis, e muito mais.

13. Planejamento Sucessório: o patrimônio imobiliário é frequentemente incluído no planejamento sucessório para determinar como uma propriedade será transferida para herdeiros ou beneficiários após a morte.

14. Mercado Imobiliário: as condições do mercado, como a oferta e a procura, as taxas de juros e as tendências econômicas, têm um impacto sobre o valor e a viabilidade dos investimentos imobiliários.

15. Manutenção e custos da propriedade: a manutenção adequada é essencial para manter o valor do imóvel. Isso inclui reparos, manutenção da terra e atualizações necessárias.

Uma compreensão completa dos conceitos financeiros, requisitos legais e tendências do mercado é necessária para gerenciar o portfólio imobiliário. Portanto, é aconselhável procurar orientação profissional de corretores imobiliários, advogados e consultores financeiros ao lidar com questões relacionadas ao patrimônio imobiliário.

CADASTRO E REGISTRO DE BENS IMÓVEIS (SPIU)

O governo federal brasileiro usa o Cadastro e Registro de Ativos Imóveis, também conhecido como o sistema SPIU (Sistema de Patrimônio Imobiliário da União), para gerenciar, monitorar e registrar seus ativos imobiliários. Ele é crucial para garantir a transparência, eficácia e legalidade na gestão dos bens do governo. Abaixo, eu vou entrar em mais detalhes sobre os aspectos chave de SPIU:

Definição de SPIU: o SPIU é um sistema eletrônico usado pelo governo federal brasileiro para registrar e gerenciar seus ativos imobiliários. Ele é supervisionado pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e auxilia na identificação, gestão e utilização de propriedades federais.

Objetivo da SPIU: o principal objetivo do SPIU é manter um registro preciso e detalhado de todos os bens móveis pertencentes aos Estados Unidos, incluindo terras, edifícios, instalações e outros tipos de imóveis. Isso ajuda a prevenir o emprego irregular, a alienação inadequada e o uso excessivo de recursos públicos.

Cadastro de Bens: o sistema permite o registo de todos os ativos imobiliários dos Estados Unidos, incluindo detalhes como localização, descrição, dimensões, uso atual e ocupação passada.

Registro e documentação: todos os registros e documentos relativos a imóveis dos Estados Unidos são mantidos no SPIU. Isso inclui escritos, elogios de avaliação, termos de rescisão e outros documentos legais.

Avaliação e Validação: o SPIU é usado para avaliar periodicamente o valor dos imóveis dos Estados Unidos e para assegurar sua validade jurídica. Isto ajuda a determinar o valor dos aluguéis e as taxas de ocupação.

Transparência e Controle: o sistema incentiva a transparência na administração pública, permitindo que os órgãos governamentais e o público em geral obtenham informações sobre imóveis de propriedade federal.

Prevenção de ocupações ilegais: o SPIU ajuda a prevenir a ocupação ilegal de propriedades federais, permitindo a identificação rápida de intrusões ou usos não autorizados.

Disponibilidade de Imóveis para Uso Público: através do SPIU, é possível identificar edifícios que estão disponíveis para uso em projetos públicos, como a construção de escolas, hospitais e estradas, entre outros.

Regularização Fundiária: o SPIU é uma ferramenta chave no processo de financiamento da regularização de áreas ilegalmente ocupadas, garantindo que as propriedades estejam em conformidade com a lei.

Gestão de Alienação e Transferência: o sistema auxilia na gestão dos processos de alienação (venda) de ativos imobiliários dos Estados Unidos, assegurando a sua legalidade e transparência.

Parceria público privada (PPP): o SPU é usado para identificar propriedade que pode ser objeto de PPP, em que o sector privado pode se envolver em projetos de desenvolvimento em colaboração com o governo.

POLÍTICAS PÚBLICAS

CONCEITO DE POLÍTICA PÚBLICA; RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA E POLÍTICA PÚBLICA

As políticas públicas desempenham um papel fundamental na organização e no funcionamento da sociedade. Elas resultam da ação do Estado para enfrentar problemas coletivos, garantindo direitos e promovendo o bem-estar social.

► Definição de Política Pública

Política pública pode ser definida como um conjunto de decisões e ações do Estado voltadas para a solução de problemas da sociedade. Essas ações são planejadas, implementadas e avaliadas por governos e outros atores sociais, visando atender necessidades coletivas em áreas como saúde, educação, segurança e infraestrutura.

As políticas públicas resultam de um processo político e administrativo que envolve múltiplos agentes, como governantes, legisladores, organizações da sociedade civil e o próprio cidadão. Elas podem ser formuladas em diferentes níveis governamentais – municipal, estadual ou federal – e envolvem a criação de leis, programas e projetos para atingir determinados objetivos sociais.

► Características Essenciais das Políticas Públicas

As políticas públicas possuem algumas características que as diferenciam de outras ações sociais e governamentais. As principais são:

- **Caráter público:** As políticas públicas são voltadas para o interesse coletivo e buscam promover o bem comum. Elas afetam diretamente a vida da população e envolvem recursos públicos.
- **Processo contínuo:** A formulação e implementação de políticas públicas não ocorrem de forma isolada, mas sim dentro de um ciclo que envolve planejamento, execução e avaliação.
- **Baseadas em problemas concretos:** Uma política pública sempre surge da necessidade de resolver um problema específico da sociedade, como a falta de moradia, o desemprego ou a violência.
- **Decorrentes de decisões políticas:** As políticas públicas são definidas por meio de escolhas feitas por governantes e legisladores, geralmente influenciadas por debates políticos, interesses econômicos e demandas sociais.
- **Envolvem múltiplos atores:** Diferentes grupos participam da formulação e implementação das políticas públicas, incluindo órgãos governamentais, empresas, organizações da sociedade civil e cidadãos.

- **Podem ser preventivas ou corretivas:** Algumas políticas públicas visam evitar problemas futuros, como programas de vacinação, enquanto outras buscam corrigir problemas já existentes, como políticas de combate à pobreza.

► Elementos Fundamentais para a Construção de Políticas Públicas

Para que uma política pública seja eficaz, é necessário que ela tenha alguns elementos fundamentais bem definidos. Esses elementos garantem que a política seja implementada de forma organizada e com resultados positivos.

- **Diagnóstico do problema:** Antes de elaborar uma política pública, é essencial identificar e analisar a questão que precisa ser resolvida. Isso envolve a coleta de dados, estudos técnicos e participação social.
- **Objetivos claros:** Uma política pública deve ter metas bem definidas, indicando quais resultados se espera alcançar. Isso facilita o monitoramento e a avaliação de sua efetividade.
- **Instrumentos de implementação:** Para que a política pública seja aplicada na prática, é necessário definir os meios utilizados, como programas sociais, leis, incentivos fiscais e campanhas educativas.
- **Orçamento e recursos:** A viabilidade de uma política pública depende da alocação de recursos financeiros, humanos e materiais adequados para sua execução.
- **Gestão e coordenação:** A implementação da política pública exige a atuação coordenada de órgãos governamentais e outros parceiros envolvidos, garantindo que as ações sejam bem executadas.
- **Monitoramento e avaliação:** Para verificar se a política pública está alcançando seus objetivos, é fundamental realizar o acompanhamento contínuo e, se necessário, fazer ajustes.

► Exemplos de Políticas Públicas em Diferentes Áreas

As políticas públicas podem abranger diversas áreas da sociedade, cada uma com características e objetivos específicos. Alguns exemplos são:

- **Saúde:** O Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil é uma política pública que garante o acesso gratuito à saúde para toda a população. Inclui programas como a vacinação e o combate a epidemias.
- **Educação:** O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) busca garantir a alimentação adequada dos estudantes da rede pública, contribuindo para a permanência na escola.

- **Segurança pública:** O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) foi criado para integrar ações de combate à violência com programas sociais.
- **Habitação:** O programa Minha Casa Minha Vida possibilita o acesso à moradia para famílias de baixa renda, promovendo inclusão social e reduzindo o déficit habitacional.

As políticas públicas são instrumentos essenciais para a organização da sociedade e para garantir direitos fundamentais. Sua formulação e implementação exigem planejamento, participação social e acompanhamento contínuo para que sejam eficientes e eficazes.

A RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA E POLÍTICA PÚBLICA

A política e as políticas públicas estão intimamente relacionadas, mas possuem significados distintos. Enquanto a política envolve disputas pelo poder e a formulação de diretrizes gerais para a sociedade, as políticas públicas são os meios concretos pelos quais essas diretrizes são implementadas.

► O Que é Política e Como Ela se Relaciona com as Políticas Públicas

A política pode ser definida como a atividade relacionada à tomada de decisões dentro de uma sociedade, envolvendo disputas pelo poder e a definição de diretrizes para a coletividade. Ela ocorre tanto no âmbito do governo quanto em organizações privadas e na sociedade em geral.

Já as políticas públicas são os instrumentos concretos utilizados pelo Estado para transformar diretrizes políticas em ações reais. Ou seja, a política estabelece as prioridades e objetivos gerais, enquanto as políticas públicas representam a aplicação prática dessas decisões.

A relação entre os dois conceitos pode ser observada da seguinte forma:

- **A política define a agenda das políticas públicas:** As disputas políticas influenciam quais problemas serão priorizados e quais soluções serão adotadas.
- **As políticas públicas são produto de decisões políticas:** Governantes eleitos estabelecem diretrizes que orientam a criação e implementação de políticas públicas.
- **A política interfere na continuidade das políticas públicas:** Mudanças de governo ou de ideologias podem modificar ou até extinguir políticas públicas em andamento.
- **A política mobiliza recursos para as políticas públicas:** A alocação de orçamento e pessoal para a execução de políticas públicas depende de decisões políticas.

Assim, pode-se afirmar que toda política pública tem origem em processos políticos, mas nem toda decisão política se traduz necessariamente em uma política pública concreta.

► O Papel dos Agentes Políticos na Definição das Políticas Públicas

As políticas públicas são definidas e executadas por diversos agentes políticos, que podem ser divididos em três grandes grupos:

- **Governantes e legisladores:** Presidentes, governadores, prefeitos, senadores, deputados e vereadores têm o poder de propor e aprovar leis e programas que moldam as políticas públicas.
- **Burocracia estatal:** Técnicos e gestores públicos desempenham um papel crucial na formulação e implementação das políticas públicas, assegurando que elas sejam viáveis e eficazes.
- **Sociedade civil e grupos de interesse:** Movimentos sociais, organizações não governamentais, sindicatos e empresas pressionam o governo para que determinadas políticas sejam adotadas ou modificadas.

Cada um desses grupos exerce influência na definição das políticas públicas, o que faz com que esse processo seja marcado por negociações, conflitos e concessões.

► A Influência de Interesses e Ideologias na Formulação de Políticas Públicas

A formulação das políticas públicas não ocorre de maneira neutra ou puramente técnica. Ela é influenciada por diferentes interesses políticos, econômicos e ideológicos. Alguns fatores que influenciam esse processo incluem:

- **Partidos políticos e suas ideologias:** Governos de esquerda e direita, por exemplo, costumam adotar políticas públicas com enfoques distintos. Enquanto políticas públicas progressistas priorizam a intervenção do Estado na economia e o fortalecimento de direitos sociais, políticas mais liberais tendem a reduzir a atuação estatal e incentivar o mercado.
- **Pressão de grupos sociais e econômicos:** Empresários, sindicatos, associações e movimentos sociais pressionam os governantes para que adotem políticas públicas favoráveis aos seus interesses.
- **Opinião pública e participação popular:** A população influencia a criação e a continuidade de políticas públicas por meio de manifestações, eleições e participação em conselhos governamentais.
- **Contexto econômico e social:** Momentos de crise econômica podem limitar a implementação de determinadas políticas públicas, enquanto períodos de crescimento favorecem investimentos em áreas como infraestrutura e educação.

Dessa forma, as políticas públicas refletem não apenas necessidades técnicas e sociais, mas também disputas de poder e visões de mundo.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!